

FRANCISCO DIRCEU BARROS

## TRATADO DO HOMICÍDIO

O MELHOR DA DOCTRINA, ASPECTOS PRÁTICOS, CASOS  
CRIMINAIS SUPERINTERESSANTES, CONTROVÉRSIAS  
DOCTRINÁRIAS E JULGADOS HISTÓRICOS DO STF E STJ

Belo Horizonte

**FÓRUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2020

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Brito	Iuarez Freitas
Carlos Mario da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Carmen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sílvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com AACR2

B277t	Barros, Francisco Dirceu	
	Tratado do homicídio: o melhor da doutrina, aspectos práticos, casos criminais superinteressantes, controvérsias doutrinárias e julgados históricos do STF e STJ / Francisco Dirceu Barros. – Belo Horizonte : Fórum, 2020.	
	523p. ; 17cm x 24cm.	
	ISBN: 978-65-5518-023-7	
	1. Direito Penal. I. Título.	CDD: 341.5 CDU: 343.2

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BARROS, Francisco Dirceu. *Tratado do homicídio: o melhor da doutrina, aspectos práticos, casos criminais superinteressantes, controvérsias doutrinárias e julgados históricos do STF e STJ*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 523 p. ISBN 978-65-5518-023-7

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1	
CONCEITO E QUALIFICADORAS.....	17
1.1	Conceito.....17
1.2	Bem jurídico e fundamento constitucional .....19
1.3	Análise didática do tipo penal .....19
1.3.1	Tipos de homicídio .....19
1.3.2	Qualificadoras do homicídio .....19
CAPÍTULO 2	
HOMICÍDIO PRIVILEGIADO.....	69
2.1	Quando o homicídio é privilegiado .....69
2.1.1	Motivo de relevante valor social .....69
2.1.2	Motivo de relevante valor moral.....70
2.1.3	O domínio da violenta emoção (também denominada homicídio emocional) .....73
2.1.4	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio privilegiado .....82
CAPÍTULO 3	
HOMICÍDIO CULPOSO.....	85
3.1	Do crime culposo.....85
3.1.1	Da compensação de negligências.....85
3.1.2	Elementos do fato típico culposo.....86
3.1.3	As espécies de culpa .....86
3.1.4	Da excepcionalidade do crime culposo .....88
3.1.5	Previsibilidade do resultado.....88
3.1.6	Conexão interna entre desvalor da ação e desvalor do resultado.....89
3.1.7	Tipicidade nos delitos culposos .....90
3.1.8	O princípio da confiança e o tipo de injusto de ação culposa.....91
3.1.9	Princípio da confiança e crimes de trânsito.....91
3.1.10	O princípio da confiança <i>versus</i> o abuso da situação de confiança.....91
3.1.11	O crime culposo e o princípio do risco tolerado.....91
3.1.12	O homicídio culposo.....92
3.1.13	O homicídio culposo majorado.....93
3.1.14	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio culposo.....100
CAPÍTULO 4	
HOMICÍDIO COM DOLO EVENTUAL.....	111
4.1	Conceito de dolo eventual .....111

4.2	Dolo eventual e culpa consciente .....	111
4.3	As circunstâncias fáticas objetivas que denotam o reconhecimento do dolo direto ou eventual.....	112
4.4	A viabilização da incidência paralela do delito de homicídio com dolo eventual por parte de condutores de veículos alcoolizados ou sob efeito de drogas .....	114
4.5	Dolo eventual e o meio cruel .....	115
4.6	O dolo eventual com as circunstâncias qualificadoras previstas no inc. IV do §2º do art. 121 do Código Penal.....	116
4.7	O dolo eventual e o <i>aberratio ictus</i> .....	116
4.8	Questões práticas sobre o tema: dolo e culpa .....	117
4.9	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio com dolo eventual .....	118

## CAPÍTULO 5

HOMICÍDIO SIMPLES.....		123
5.1	O homicídio simples.....	123
5.1.1	Uma impossibilidade prática .....	123
5.1.2	O homicídio preterdoloso .....	124
5.1.3	O homicídio culposo e o perdão judicial .....	124
5.1.4	Natureza jurídica da sentença que concede o perdão .....	124
5.1.5	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio simples .....	126

## CAPÍTULO 6

HOMICÍDIO CONDICIONADO.....		129
6.1	O homicídio condicionado.....	129
6.1.1	Consequências diretas do homicídio hediondo.....	130

## CAPÍTULO 7

HOMICÍDIO HÍBRIDO.....		139
7.1	O homicídio híbrido .....	139
7.1.1	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio híbrido.....	140

## CAPÍTULO 8

DISPOSIÇÕES GERAIS DO HOMICÍDIO (HOMICÍDIOS ESPECIAIS. ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO PENAL. OBJETO JURÍDICO. SUJEITO ATIVO. SUJEITO PASSIVO. AÇÃO PENAL. O PROCEDIMENTO. DAS PENAS. CONSUMAÇÃO. TENTATIVA. CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DO TIPO PENAL) .....		145
8.1	Homicídios especiais .....	145
8.1.1	Elemento subjetivo do tipo penal .....	145
8.1.2	Objeto jurídico .....	146
8.1.3	Sujeito ativo.....	147
8.1.4	Sujeito passivo .....	147
8.1.5	Ação penal.....	149
8.1.6	O procedimento.....	149
8.1.7	As penas.....	150
8.1.8	Consumação.....	151
8.1.9	Tentativa .....	151
8.1.10	Classificação doutrinária do tipo penal .....	152

8.1.11	Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de homicídio.....	152
--------	---	-----

## CAPÍTULO 9

### HOMICÍDIO E CONFLITO APARENTE DE NORMAS.....155

9.1	Do conflito aparente de normas.....	155
9.2	Princípio da especialidade.....	156
9.3	Princípio da subsidiariedade.....	157
9.4	Princípio da consunção .....	157
9.4.1	Hipóteses em que se aplica o princípio da consunção .....	159
9.5	Princípio da alternatividade .....	162
9.6	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio e conflito aparente de normas...	163

## CAPÍTULO 10

### HOMICÍDIO E TENTATIVA .....

10.1	Conceito de tentativa .....	165
10.2	Natureza jurídica.....	165
10.3	Elemento subjetivo da tentativa .....	165
10.4	Elementos da tentativa .....	166
10.5	Fundamento da punibilidade da tentativa.....	166
10.6	Tentativa perfeita e imperfeita .....	167
10.7	A penalidade na tentativa .....	168
10.8	Dolo e culpa na tentativa.....	168
10.9	A tentativa com dolo eventual .....	169
10.10	Infrações penais que não admitem tentativa.....	171
10.11	A tentativa nos diversos delitos .....	172
10.11.1	Tentativa nos tipos comissivos por omissão .....	172
10.12	Tentativa em tipo permanente.....	173
10.13	Tentativa nos tipos de perigo.....	174
10.14	Tentativa nos tipos de omissão pura .....	174
10.15	Tentativa no tipo continuado.....	174
10.16	Tentativa no tipo habitual .....	175
10.17	Homicídio consumado e subtração patrimonial consumada.....	176
10.18	Homicídio tentado e subtração patrimonial tentada .....	176
10.19	Tentativa de homicídio e subtração patrimonial consumada.....	176
10.20	Homicídio consumado e subtração patrimonial tentada .....	176
10.21	A visão do STF e STJ sobre tentada .....	177

## CAPÍTULO 11

### HOMICÍDIO: DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ .....

11.1	Desistência voluntária .....	179
11.2	A questão da desistência momentânea .....	180
11.3	Arrependimento eficaz .....	181
11.4	A natureza jurídica do arrependimento e da desistência voluntária .....	183
11.5	Diferença entre desistência voluntária e arrependimento eficaz .....	183
11.6	A desistência do inimputável .....	183

11.7	Do arrependimento posterior.....	188
11.8	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio: desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	188

## CAPÍTULO 12

HOMICÍDIO E CRIME IMPOSSÍVEL .....		191
12.1	Do crime impossível .....	191
12.1.1	Medida de segurança e o crime impossível .....	194
12.1.2	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio e crime impossível.....	196

## CAPÍTULO 13

HOMICÍDIO E ERRO DE TIPO.....		197
13.1	Do erro de tipo.....	197
13.1.1	Noções didáticas .....	197
13.1.2	O erro de tipo e sua natureza .....	197
13.1.3	A incidência do erro de tipo .....	198
13.1.3.1	As formas do erro de tipo .....	198
13.1.4	Os efeitos do erro de tipo .....	199
13.1.5	Descriminantes putativas (também chamadas erro permissivo).....	200
13.1.6	Divisão das discriminações putativas.....	201
13.1.7	Erro provocado por terceiro .....	202
13.1.8	Posição do terceiro provocador.....	203
13.1.9	Erro acidental.....	203
13.1.10	Erro sobre a ilicitude do fato (o erro de proibição) .....	205
13.1.11	Formas do erro de proibição.....	206
13.1.12	As consequências do erro de proibição.....	207
13.1.13	Erro de tipo e erro de proibição .....	208
13.1.14	Especies de erro de proibição .....	208
13.1.14.1	Erro de proibição direto .....	208
13.1.14.2	Erro de proibição indireto.....	209
13.1.14.3	Erro de mandamento ou mandamental.....	210
13.1.15	Descriminantes putativas.....	212
13.1.16	A natureza jurídica das discriminações putativas: erro de tipo ou erro de proibição? .....	213
13.1.17	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio e erro de tipo .....	214

## CAPÍTULO 14

HOMICÍDIO E EXCLUSÃO DE ILICITUDE .....		217
14.1	Da exclusão de ilicitude .....	217
14.1.1	Estrito cumprimento do dever legal.....	217
14.1.2	Exercício regular de direito.....	219
14.1.3	Diferenças entre estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito.....	220
14.1.4	A conjunção carnal como exercício regular de direito.....	221
14.1.5	Do consentimento da vítima .....	221
14.1.6	Requisitos do consentimento como causa de justificação da conduta.....	222
14.1.7	Excesso nas excludentes da ilicitude .....	222

14.1.8	Do estado de necessidade.....	224
14.1.9	Caracterização do estado de necessidade.....	224
14.1.10	Requisitos do estado de necessidade .....	225
14.1.11	Teorias do estado de necessidade .....	228
14.1.11.1	A teoria unitária .....	228
14.1.11.2	A teoria diferenciadora.....	228
14.1.12	Da legítima defesa.....	230
14.1.13	Excludentes de criminalidade ou ilicitude.....	230
14.1.14	A legítima defesa na doutrina .....	230
14.1.15	Questões práticas sobre os temas.....	239
14.1.16	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio e exclusão de ilicitude.....	243

## CAPÍTULO 15

HOMICÍDIO E IMPUTABILIDADE .....		251
15.1	Imputabilidade <i>versus</i> a culpabilidade.....	251
15.1.1	Imputabilidade <i>versus</i> imputação objetiva .....	251
15.1.2	As causas de exclusão da imputabilidade.....	251
15.1.3	As formas de embriaguez .....	254
15.1.4	Inimputabilidade por intoxicação oriunda de substância entorpecente.....	258
15.1.5	Semi-imputabilidade penal .....	259
15.1.6	Semi-imputabilidade por embriaguez acidental incompleta proveniente de caso fortuito ou força maior .....	260
15.1.7	Semi-imputabilidade na Lei Antidrogas.....	260
15.1.8	Os surdos-mudos .....	261
15.1.9	Da inimputabilidade penal absoluta .....	261
15.1.9.1	Principais sistemas para definição da capacidade penal.....	261
15.1.9.2	Requisitos da inimputabilidade segundo o sistema biopsicológico.....	262
15.1.9.3	O sistema adotado para o menor de 18 anos .....	262
15.1.9.4	A menoridade <i>versus</i> a cláusula p <sup>é</sup> treia .....	263
15.1.10	Ato infracional cometido por adolescente .....	264
15.1.10.1	Ato infracional cometido por criança .....	265
15.1.11	Questões práticas sobre o tema .....	265
15.1.12	Segunda causa que exclui a culpabilidade: o erro de proibição.....	269
15.1.13	Terceira causa que exclui a culpabilidade: inexigibilidade de conduta diversa ....	270
15.1.13.1	Causas que excluem a exigibilidade de conduta diversa.....	270
15.1.14	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio e imputabilidade.....	270

## CAPÍTULO 16

HOMICÍDIO E EXCULPANTES .....		277
16.1	Das exculpantes legais.....	277
16.1.1	Primeira exculpante legal: a coação moral irresistível.....	277
16.1.2	Modalidades de coação moral e suas soluções jurídicas.....	277
16.1.3	Espécies de coação moral irresistível .....	278
16.1.4	A coação moral irresistível e a autoria mediata.....	278
16.1.5	Segunda exculpante legal: a obediência hierárquica .....	280
16.1.5.1	Conceito e espécies de ordem superior.....	280

16.1.5.2	Tratamento da obediência hierárquica no Código Penal Militar.....	282
16.1.6	A exculpante supralegal: inexigibilidade de conduta diversa .....	282
16.1.6.1	Hipóteses de causas supralegais de exclusão da culpabilidade.....	285
16.1.6.2	Legítima defesa futura e objetivamente certa.....	286
16.1.7	Causas que não excluem a culpabilidade.....	286
16.1.8	A culpabilidade e a teoria <i>versari in re illicita</i> .....	289

## CAPÍTULO 17

HOMICÍDIO E CONCURSO DE PESSOAS .....	291	
17.1	Noções práticas.....	291
17.1.1	Tipos de concursos.....	292
17.1.2	Requisitos do concurso de agentes .....	295
17.1.3	Da autoria.....	298
17.1.3.1	Teorias usadas para definir a autoria .....	298
17.1.3.2	As espécies de autoria .....	299
17.1.3.2.1	Primeira espécie: autoria una .....	299
17.1.3.2.2	Segunda espécie: autoria plural.....	299
17.1.3.2.3	Terceira espécie: autoria pessoal ou imediata.....	299
17.1.3.2.4	Quarta espécie: autoria pessoal indireta.....	299
17.1.3.2.5	Quinta espécie: autoria mediata ou de instrumento humano .....	300
17.1.3.2.6	Casos que admitem autoria mediata.....	300
17.1.3.2.7	Como será a punição na autoria mediata .....	301
17.1.3.2.8	Autoria mediata em crimes de mão própria e a posição da doutrina e do STJ.....	303
17.1.3.2.9	Autoria mediata em crimes próprios.....	303
17.1.3.2.10	Casos que não admitem autoria mediata .....	304
17.1.3.2.11	Sexta espécie: autoria colateral ou imprópria.....	305
17.1.3.2.12	Sétima espécie: autoria incerta .....	308
17.1.3.2.13	A autoria incerta nos crimes culposos .....	308
17.1.4	Oitava espécie: autoria sucessiva heterogênea .....	309
17.1.5	Nona espécie: autoria sucessiva homogênea .....	309
17.1.6	Décima espécie: autoria de escritório.....	309
17.1.7	Autoria ignorada .....	310
17.1.8	Autor de determinação.....	311
17.1.9	Coautoria .....	311
17.1.10	Coautoria sucessiva .....	312
17.1.10.1	A forma de punição na coautoria sucessiva.....	313
17.1.11	Participação .....	315
17.1.11.1	O momento da participação .....	315
17.1.11.2	Tipos de participação.....	315
17.1.11.3	Teorias sobre a participação.....	316
17.1.12	A omissão e o concurso de crimes .....	318
17.1.12.1	Participação em crime omissivo.....	318
17.1.12.2	Participação omissiva .....	318
17.1.13	Casos criminais superinteressantes .....	319
17.1.14	O tipo penal e a quantidade de sujeitos ativos .....	322



17.1.15	A participação na tentativa, na desistência voluntária e no arrependimento eficaz.....	323
17.1.16	As soluções do arrependimento e da desistência voluntária no concurso de pessoas.....	323
17.1.17	Punição no concurso de pessoas.....	323
17.1.18	<i>Pactum sceleris</i> .....	327
17.1.18.1	A adesão tácita.....	327
17.1.19	A teoria do domínio de fato.....	328
17.1.19.1	Espécies de autoria, segundo a teoria do domínio do fato.....	328
17.1.19.2	Extensão da teoria do domínio do fato.....	328
17.1.19.3	O critério do domínio do fato como indicador da autoria.....	329
17.1.19.4	Código Penal brasileiro e a teoria do domínio do fato.....	329
17.1.19.5	A teoria do domínio do fato e os crimes omissivos.....	330
17.1.20	Questões práticas sobre o concurso de pessoas.....	333
17.1.21	Das circunstâncias incommunicáveis.....	335
17.1.21.1	Classificação das circunstâncias.....	335
17.1.21.2	Regras da comunicação.....	335
17.1.21.3	Regras da não comunicação.....	336
17.1.21.4	Resumo para você entender melhor.....	336
17.1.22	Casos de impunibilidade.....	337

## CAPÍTULO 18

HOMICÍDIO E A APLICAÇÃO DA PENA.....	357	
18.1	Da aplicação da pena.....	357
18.1.1	Aplicação das circunstâncias judiciais (1ª fase).....	357
18.1.2	Aplicação das causas de aumento e de diminuição de pena (3ª fase).....	363
18.1.2.1	Cálculo da pena.....	363
18.1.3	Outras providências na fixação da pena.....	366
18.1.3.1	Destaque da reforma processual penal: a fixação de indenização para vítima.....	368
18.1.4	Aplicação da pena em concurso de crimes.....	368
18.1.5	Critérios especiais da pena de multa.....	370
18.1.6	A multa substitutiva.....	371
18.1.7	Das circunstâncias agravantes.....	372
18.1.7.1	Diferença entre traição, emboscada, dissimulação.....	373
18.1.7.2	As agravantes no caso de concurso de pessoas.....	377
18.1.7.3	A pena será ainda agravada em relação ao agente.....	377
18.1.8	Da reincidência.....	378
18.1.8.1	Espécies de reincidência.....	379
18.1.8.2	A constitucionalidade da reincidência.....	379
18.1.8.3	Outros efeitos da reincidência.....	382
18.1.8.4	A razão de não serem considerados, para efeito de reincidência, os crimes militares próprios e os políticos.....	383
18.1.8.5	Outras hipóteses que não geram reincidência.....	384
18.1.8.6	A eficácia da reincidência.....	386
18.1.9	Das circunstâncias atenuantes.....	389
18.1.9.1	Conceito de atenuantes.....	389

18.1.9.2	Das circunstâncias atenuantes inominadas.....	392
18.1.9.3	Concurso de agravantes e atenuantes.....	394
18.1.9.4	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio e a aplicação da pena .....	397

## CAPÍTULO 19

### HOMICÍDIO E CONCURSO DE CRIMES.....415

19.1	Do concurso de crimes .....	415
19.1.1	Espécies de concursos.....	415
19.1.2	Sistemas de cálculo de pena no concurso de crimes.....	415
19.1.3	Do concurso material.....	415
19.1.3.1	O sistema de punição no concurso material .....	416
19.1.3.2	Questões práticas sobre o tema.....	416
19.1.4	Do concurso formal.....	417
19.1.5	Do crime continuado .....	421
19.1.5.1	Outras situações semelhantes.....	421
19.1.5.2	Espaço mínimo exigido para configuração do crime continuado.....	421
19.1.5.3	Tempo mínimo exigido para configuração do crime continuado.....	421
19.1.5.4	Os requisitos do crime continuado.....	422
19.1.5.5	Crimes da mesma espécie .....	422
19.1.5.6	A natureza jurídica do crime continuado.....	423
19.1.5.7	As espécies de crime continuado.....	424
19.1.5.8	As teorias do conceito de crime continuado .....	424
19.1.5.9	Crime continuado especial .....	425
19.1.6	Crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaçada à pessoa e a posição do STF .....	426
19.1.7	O concurso de crimes e o Juizado Especial .....	426
19.1.8	Multas no concurso de crimes.....	432
19.1.9	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, sobre crime continuado (Boletim nº 20 do STJ).....	435
19.1.10	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, Boletim nº 20 do STJ ..	436
19.1.11	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio e concurso de crimes.....	438

## CAPÍTULO 20

### HOMICÍDIO: *ABERRATIO ICTUS* E *ABERRATIO DELICTI*.....453

20.1	O erro na execução ( <i>aberratio ictus</i> , desvio de golpe ou aberração no ataque) .....	453
20.1.1	Exemplos práticos sobre a desconsideração das condições e qualidades da vítima efetiva .....	453
20.1.2	Responsabilidade penal objetiva na <i>aberratio ictus</i> .....	456
20.1.3	Questões práticas sobre a matéria .....	456
20.1.4	Resultado diverso do pretendido ( <i>aberratio criminis</i> ou <i>aberratio delicti</i> ) .....	457
20.1.4.1	Diferença entre <i>aberratio ictus</i> e <i>aberratio delicti</i> .....	457
20.1.5	A jurisprudência do STF e do STJ e o <i>aberratio ictus</i> e <i>aberratio delicti</i> .....	460

## CAPÍTULO 21

### PRINCIPAIS DIVERGÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS ..... 463 |

21.1	Principais divergências na jurisprudência .....	463
------	---	-----

CAPÍTULO 22		
HOMICÍDIO EM CASOS PRÁTICOS .....		473
22.1 Casos práticos de homicídio.....		473
CAPÍTULO 23		
O LIMITE DAS PENAS .....		485
23.1 O limite das penas.....		485
23.2 Limite das penas e a Lei de Crimes Hediondos .....		487
23.3 A execução das penas no concurso de infrações .....		487
23.4 A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio e o limite das penas .....		487
CAPÍTULO 24		
HOMICÍDIO E COMPETÊNCIA .....		493
24.1 Homicídio e competência.....		493
24.1.1 Competência do Juízo singular .....		493
24.1.2 Competência do Júri Estadual.....		493
24.1.3 Competência do Júri Federal .....		493
24.1.4 Prevalência do foro por prerrogativa de função da CF sobre o Tribunal do Júri ...		495
24.1.5 Prevalência do Tribunal do Júri sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido na Constituição estadual .....		495
24.1.6 Competência quando há envolvimento de corréus em crime doloso contra a vida, havendo em relação a um deles a prerrogativa de foro.....		496
24.1.7 Competência: local da agressão e não da consumação – exceção à regra <i>ratione loci</i> .....		497
24.1.8 Processados em autos distintos, inicialmente unificados, e a possibilidade de os réus serem julgados na mesma sessão do Júri .....		497
24.1.9 Competência em crime doloso contra a vida praticado por vereador .....		497
24.1.10 Homicídio e a relativização da regra <i>ratione loci</i> .....		498
24.1.11 A competência para o processo e julgamento do latrocínio é do juiz singular e não do Tribunal do Júri .....		499
24.1.12 Efeito da condenação das sentenças do Tribunal do Júri.....		500
24.1.13 A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio e os aspectos processuais .....		500
CAPÍTULO 25		
CASOS CRIMINAIS SUPERINTERESSANTES .....		511
25.1 Casos criminais superinteressantes .....		511
REFERÊNCIAS.....		521